



Universidade de Brasília Ë UnB
Instituto de Psicologia Ë IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Ë PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR Ë UAB/UnB

Projeto Político Pedagógico e Inclusão Escolar em Itapetininga/SP

Maria Célia Terra Rodrigues

ORIENTADORA: Vasti de Paula Gonçalves Correia

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília Ë UnB
Instituto de Psicologia Ë IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Ë PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



Maria Célia Terra Rodrigues

Projeto Político Pedagógico e Inclusão Escolar em Itapetininga/SP

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Itapetininga.
Orientadora: Vasti de Paula Gonçalves Correia

Professor_____

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

Maria Célia Terra Rodrigues

Projeto Político Pedagógico e Inclusão Escolar em Itapetininga/SP

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar . UAB/UnB. Apresentação ocorrida em ___/___/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

NOME DO ORIENTADOR (Orientador)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

NOME DO ALUNO (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado especialmente a Jacinta de Fátima Camargo Barbieri e a todos aqueles que acreditam no crescimento do ser humano; ou não.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi realizado porque muitos colaboraram para que tivesse esse fim. Foram vozes que escutei narrando suas trajetórias de vida em busca de uma escola de qualidade; nas práticas observadas e compartilhadas de pessoas crenes na possibilidade de acolhimento das diferenças; na dedicação de profissionais para que uma escola para todos se estabeleça no Município, no Estado, no País.

Desta forma, meu agradecimento é para muitos: pacientes, alunos, pais, avós, irmãos, tios/tias dos alunos, diretores/coordenadores escolares, professores, auxiliares de educação, supervisores de ensino, entre tantos outros que transitam nas escolas. Obviamente, não posso deixar de mencionar aqui as trocas valiosíssimas de minhas colegas de departamento . à todas as assessoras pedagógicas meu muito obrigado por terem me ensinado a olhar a educação como espaço dialógico possível entre tantas diferenças. Às minhas amigas de equipe do SAEDI, Jacinta e Karin, pelas reflexões que, diariamente, vocês me obrigam a fazer e por me ensinarem a sair mais fortalecida diante de toda forma de incredulidade na superação de limites. Aos meus antigos, mas nunca esquecidos, companheiros da Associação dos Deficientes Físicos de Itapetininga (APRISDEFI), por acreditarem em mim e no importante trabalho de reabilitação para qualidade de vida da pessoa com deficiência. Aos meus queridos amigos da %liga da Justiça+ por suportarem minhas discussões acaloradas, por me escutarem e acolherem minha angústia frente a este extenso trabalho. Às minhas amigas de supervisão, Rosely e Mara, por me apontarem muitos caminhos. À minha analista, que me ajudou a buscar o melhor de mim para que este trabalho fosse realizado. Às minhas orientadoras, Valícia e Vasti, sempre tão prontas a ajudar. Por último, agradeço aos meus pais, Maria do Carmo e Antonio Pedro, que me deram a possibilidade de seguir minha escolha profissional; ao meu irmão, Cassiano, grande incentivador das causas pelas quais luto; à minha avó, Tide, que tanto pediu aos céus força para eu continuar os estudos e, principalmente, não desanimar; aos meus tios, Maria Angélica, Vera e Nato, por ouvirem as novidades de trabalho antes desconhecidas e, finalmente, à família que me deu a maior oportunidade de viver a experiência inclusiva . Lucia, Claudio, Luciana, Lucas e Laura.

Como, durante séculos, a organização familiar e escolar foram determinadas pela classe, o desafio de uma educação inclusiva consiste em romper com o preconceito, com nojo ou com o medo de conviver com pessoas que, em nossa fantasia, não são como nós, não têm nossas propriedades ou características. Essa atitude permanece até que um acidente, uma morte, uma doença em família nos lembre que essa é uma circunstância de todos nós, em algum momento de nossa vida.+

(Macedo, 2005, p.20)

RESUMO

Trabalhando no Serviço de Apoio à Educação Inclusiva do município de Itapetininga/SP me deparei com a dificuldade dos gestores na efetivação de medidas eficazes na inclusão e permanência do aluno com necessidades escolares específicas na Rede Municipal de Ensino. Este trabalho tem por objetivo fornecer indicativos do que falta à gestão para a implementação de tais medidas, utilizando-me da análise do discurso pelo viés psicanalítico e da abordagem sócio-histórica, através de entrevistas semi-dirigidas. Por meio destes recursos, chegou-se à conclusão de que muito mais que falta de informação e desconhecimento das bases legais da educação os gestores podem se valer de filtros sociais+ inconscientes para a não efetivação de ações reais para uma educação para todos.

Palavras-chave: gestão educacional, inclusão, inconsciente, projeto político pedagógico.

SUMÁRIO

RESUMO

APRESENTAÇÃO.....	9
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
II Ë OBJETIVOS.....	14
III Ë METODOLOGIA.....	16
IV - Educação especial e Educação inclusiva: uma abordagem histórica.....	21
1. Panorama brasileiro até os dias atuais	
2. Breve histórico da educação inclusiva no município de Itapetininga /SP	
V - O que vem a ser o Projeto Político Pedagógico.....	27
1. A gestão democrática	
2. O Projeto	
VI Ë O que se fala por aqui... ..	32
1. Sobre o projeto das unidades	
2. Sobre a gestão	
3. O imaginário que ronda o aluno com necessidades educacionais específicas	
4. A escola necessita de...	
VII Ë Disso tudo, o que podemos apreender?.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXOS.....	52

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido . Professor (Modelo)

APRESENTAÇÃO

Sou psicóloga e trabalho no Departamento Técnico Pedagógico de Itapetininga/SP, órgão pertencente à Secretaria Municipal de Educação, atuando como psicóloga escolar no SAEDI . Serviço de Apoio à Educação Inclusiva, uma equipe de apoio aos professores de alunos com necessidades educacionais específicas. Juntamente com uma fonoaudióloga e uma pedagoga responsável pela coordenação do programa de educação inclusiva intervimos na problemática do aluno na rede de ensino comum, orientando os professores e os gestores escolares nas mais diversas situações. Também realizamos um trabalho com os professores das Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e intervenções diretas com os próprios alunos.

Além disso, trabalhei como psicóloga clínica numa associação da cidade para deficientes físicos, promovendo a reabilitação e inclusão social destes. Já atuei quatro anos em uma escola especial e tenho especialização clínica em Saúde Mental pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Nessa época (2002), realizava, através da universidade, trabalho no Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, localizado no distrito de Souzas, um serviço substitutivo ao tratamento tradicional das doenças psiquiátricas no qual a diretriz é a inclusão do doente mental em todos os espaços sociais.

Depois da apresentação profissional, vem a pessoal, como se pudéssemos separar uma da outra. Em 2000, a família aumentou. Chegou a Laura, prima de 1º grau, mas que, pelo tamanho da afetividade, mais parece sobrinha. Laura era um bebê... diferente. Ficava o tempo todo com a língua para fora como se não conseguisse acomodá-la dentro de sua boca pequenina. Os olhos eram levemente puxados lembrando os povos orientais. Passava horas dormindo um sono profundo e tinha de ser acordada para alimentar-se. Mas não tinha nada, apesar da diferença aparente. Até que certo dia, quando fui ao pediatra com a minha tia e mãe de Laura, tudo o que era sólido se desmanchou no ar . o diagnóstico de Síndrome de Down fora confirmado. Foi como se o chão abrisse e tivéssemos caindo num buraco sem fim. A família toda demorou a saber disso já que os pais mantiveram segredo por algum tempo tentando elaborar o que vinha por aí; e veio muita coisa. Para resumir, passamos pelo momento talvez mais difícil . a cirurgia

cardíaca por volta dos seis meses de idade. Depois disso, muita alegria! Alegria por um desenvolvimento saudável; alegria pela ingenuidade tão própria da criança e mais acentuada por uma visão de quem não tem o mesmo filtro sensor, moralista, que os ditos "normais" têm; alegria por tentar provar para os familiares que os obstáculos existem, mas podem ser superados e que o tempo é sábio e cada um tem o seu. Alegria por me fazer acreditar mais ainda no potencial do ser humano, escondido muitas vezes forçosamente por pessoas que desacreditam nas habilidades e competências de quem sempre esteve fora da escola...

Por tudo isso minha trajetória de vida, até o momento, está de acordo com os preceitos de uma educação para todos. E nesse todos se encontram os alunos com quaisquer tipos de deficiência, sofrimento psíquico e/ou altas habilidades até aqueles que não possuem diagnóstico algum, mas, por motivos variados, são encaminhados para avaliações, pois "não aprendem". E, parafraseando o título de um livro, por que não aprendemos com as crianças que não aprendem? O que elas têm a nos dizer sobre as capacidades humanas que tanto nos incomoda? Por que nos negamos a criar dispositivos de sucesso para a inclusão real, necessária, de direito e fundamental para a evolução do ser?

A motivação pelo tema veio a partir da minha prática enquanto psicóloga atuante no SAEDI vivenciando diariamente o despreparo e o desconhecimento das bases legais no recebimento dos alunos com necessidades específicas pelos funcionários das escolas. Isso nos aponta que o despreparo pode ser por mero desconhecimento das leis que regem as diretrizes educacionais dos alunos com NEE, mas, também, pode ser um modo de reação defensiva com o intuito inconsciente de reafirmar o fracasso escolar do aluno dito de inclusão. Sendo assim, me deparei, através do recebimento das queixas dos gestores escolares no SAEDI a respeito da legislação e da dificuldade de incluir o aluno com necessidades específicas no ensino comum, com o Projeto Político Pedagógico (PPP). Parti, então, em busca de mais conhecimento sobre ele e percebi sua importância para a consolidação do acesso dos alunos ao conhecimento, especialmente, dos alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE). E me deparei, também, com a dificuldade dos gestores em construir um projeto que abarque as necessidades dos alunos e da comunidade, de partilharem uma gestão participativa. A justificativa do

estudo vem disso . do olhar de uma pessoa com uma escolha profissional diferente do magistério, mas que, por motivos já expostos, foi se debruçando cada vez mais nesse universo, pois acredita na transformação, na dinâmica da vida, através do que a escola tem de mais precioso a oferecer . o desbravamento de mundos antes desconhecidos e do laço social infantil. Neste sentido, a temática da inclusão foi abordada com os gestores para entender como eles recebem os ANEEs e quais as elaborações no currículo, na estrutura física, entre outras são providenciadas para o devido acolhimento e permanência do aluno na escola, conforme prevê a legislação nacional.

O primeiro objetivo deste estudo é oferecer à Rede de Ensino de Itapetininga uma proposta de reflexão sobre como estão formulados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas municipais e como os gestores percebem o caminho da educação inclusiva, tanto a nível nacional como municipal, e tentar propiciar a discussão da melhor maneira de se efetivar ações para o sucesso do aluno com necessidades específicas o acolhendo nas escolas, visando a qualidade de ensino. Além disso, penso na importância de me aprofundar nas questões que podem romper paradigmas a fim de alimentar, cada vez mais, o diálogo entre a equipe de apoio à educação inclusiva, a Secretaria da Educação, os gestores escolares e a comunidade. Utilizarei do referencial psicanalítico por acreditar que nele posso buscar referências para a compreensão mais pessoal do educador, sem deixar de lado a historicidade do processo e das trajetórias ouvidas.

Os capítulos se dividem em três, sendo o primeiro deles %Breve histórico da educação inclusiva no município de Itapetininga/SP+, no qual me proponho a mostrar sucintamente como, em detrimento das diretrizes nacionais, a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, foi se construindo. Logo após vem a discussão sobre o que vem a ser o Projeto Político Pedagógico de uma escola, como deve ser elaborado, por quem e para qual finalidade. Para tal, analisei os PPPs de duas escolas municipais de educação infantil, com o título de %O que vem a ser o Projeto Político Pedagógico+. Para finalizar, encerro com a reflexão %Disso tudo, o que podemos apreender?+no intuito de analisar as entrevistas e os Projetos Políticos Pedagógicos estudados juntamente com os referenciais teóricos para a conclusão da pesquisa.

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9.394/96, nos informa sobre o papel da escola na busca do ensino de qualidade e do atendimento adequado aos seus alunos, com a participação ativa da comunidade escolar. Tal comunidade é aqui entendida como gestores, alunos, pais e representantes das comunidades locais nas quais a escola se situa.

Para que a Lei seja consumada é preciso que a escola se organize a fim de atender às necessidades de sua demanda, principalmente no que concerne à inclusão, permanência e aprendizagem significativa dos alunos. Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é de fundamental importância uma vez que é nele onde cada unidade escolar prevê e elabora estratégias específicas que atendam às suas necessidades de modo geral, tanto no âmbito operacional (merenda escolar, distribuição de funcionários, etc.) como no educacional.

(A escola) precisa preocupar-se em atender às necessidades específicas da comunidade na qual está inserida, planejando a médio e a longo prazos, com a finalidade de construir uma identidade própria. Essa identidade tem um nome: projeto pedagógico. (...). O projeto pedagógico torna-se fundamental para a escola por ser o elemento norteador da organização do seu trabalho, visando ao sucesso na aprendizagem dos alunos . finalidade maior da escola como instituição social. (Progestão, módulo III, p.7).

O aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE) pertence ao rol das preocupações consideradas pela escola, mas, geralmente, não faz parte dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da Rede de Ensino Municipal de Itapetininga. E, enquanto não for incluído nos planos escolares, sendo previsto pelos profissionais envolvidos na elaboração do PPP, será difícil sua inclusão efetiva e, conseqüentemente, a permanência e a aprendizagem dos conteúdos já que ainda desconsideramos seu potencial de aprendizagem, deixando-o à margem dos planos educacionais.

Por que a maioria das escolas ainda não inclui efetivamente os alunos com NEE em seus planos gestores? Pode ser que a pesquisa realizada pela USP a pedido do Ministério da Educação e publicada no jornal *o Estado de São Paulo*, em 6 de setembro de 2009, nos revele algo: 96,5% da população pesquisada (de um total de 18.599 pessoas) quer manter distância das pessoas com deficiência. Está lá, no jornal:

Seja como for, além da falta de infraestrutura, de metodologia, de materiais didáticos e de professores de apoio, o desafio maior é o preconceito. Pesquisa feita pela USP sob encomenda do Ministério da Educação com 18.599 estudantes, pais e mães, professores e funcionários da rede pública do País mostrou que 96,5% deles têm preconceito e querem manter distância de pessoas com deficiência. (Caderno A, p.20).

Ou seja, será que, inconscientemente, os profissionais da educação não pensam na organização escolar para os ANEE numa forma de mantê-los longe das ações que, de fato, promovem a inclusão e, em consequência, do convívio efetivo com eles mesmos?

Para a abordagem desta temática, levaremos em conta a problematização de Erich Fromm com o que se chamou de *escola culturalista da psicanálise*, onde ele propõe que a teoria psicanalítica pode e deve ser usada nas questões sócio-culturais. De acordo com este autor, o homem não é apenas uma máquina química, mas uma totalidade *que* tem a necessidade de relacionar-se com o mundo. (1992, p.11). Quando falamos de referencial psicanalítico não podemos deixar de pensar na análise do discurso a qual, dentro deste referencial teórico, pressupõe um sujeito perpassado pela linguagem e por ela constituído. O que nos interessa são as brechas lingüísticas nas quais podemos apreender os *deslizes* discursivos que nos podem dizer sobre as intenções inconscientes do sujeito. Tal perspectiva psicanalítica soma-se a teoria sócia histórica da qual Vygotsky é o maior expoente e do qual me utilizarei ao longo do texto.

II Ë OBJETIVOS

Objetivos gerais

Neste momento, os gestores estão se vendo obrigados a melhorar seus PPPs para acolher a demanda dos alunos %de inclusão+(para usar um termo muito difundido, mas equivocado) justamente porque o número de matrículas vem aumentando a cada ano e, também, pelo maior oferecimento das salas do Atendimento Educacional Especializado, sobre as quais a escola receberá verba duplicada pelo seu recebimento, conforme exposto no VI Seminário do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, em Brasília (2010). Sendo assim, no município estudado, as Unidades Escolares estão em reformulação das estratégias até então utilizadas para o recebimento dos alunos com NEE. Este estudo, então, objetiva:

- Analisar, através de Projetos Político Pedagógicos das Unidades Escolares Municipais de Itapetininga por que, muitas vezes, os gestores das Unidades Escolares não costumam prever ações efetivas para os alunos com NEE;
- Refletir de que maneira podem-se articular ações efetivas para a inclusão e permanência do aluno com necessidades específicas na escola, numa forma de mudar o paradigma educacional vigente e considerar o direito à educação tendo como objetivo maior o sujeito construtor de seu conhecimento,
- Através da teoria psicanalítica e da abordagem sócio histórica, analisar os discursos dos gestores no recebimento do aluno com NEE e quais medidas são previstas para que este tenha uma escolarização de qualidade, com a finalidade de propor melhorias na educação municipal referente aos alunos com necessidades específicas. Se tais medidas são superficiais, como tenho observado em muitos casos, onde pode estar a causa disso: no desconhecimento da legislação vigente, nas dificuldades encontradas na gestão escolar ou no boicote inconsciente ao aluno?

Objetivos específicos

Os objetivos específicos estão diretamente relacionados ao fato da pesquisadora pertencer ao quadro de funcionários do Departamento Técnico Pedagógico e tendo como uma de suas atribuições orientar os gestores escolares na condução do aluno com necessidades educacionais específicas nas Unidades Escolares. Sendo assim, os mesmos são:

- Articular com os gestores as providências para melhorias no recebimento e permanência dos alunos nas escolas;
- Articular com a Secretaria da Educação, através dos assessores técnicos pedagógicos e supervisores escolares, meios de apoiar os gestores no aperfeiçoamento dos PPPs;
- Levantar as dificuldades dos gestores escolares em compartilhar com a comunidade os projetos envolvendo os alunos com NEE,
- Levantar possibilidades de intervenção/reflexão, através da Psicologia, no entendimento das relações estabelecidas entre escola e comunidade, gestor e aluno.

III- METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa foram analisados dois Projetos Políticos Pedagógicos de escolas da Rede Municipal de Ensino de Itapetininga e relatos de gestores (diretores, coordenadores escolares, assessores pedagógicos), a fim de buscar amostras do material a ser estudado. Pretendi construir os dados através de um estudo minucioso do quem vem a ser o Projeto Político Pedagógico, com leituras técnicas a respeito da construção deste e de entrevistas semi dirigidas, com o objetivo de dar maior liberdade de expressão para os entrevistados se colocarem a respeito da temática abordada e, conseqüentemente, analisar as possíveis atitudes defensivas dos gestores para com os alunos com NEE, através de uma escuta psicanalítica, possibilitando a emergência de novos sentidos para a compreensão do tema.

Conforme fica claro durante a explanação dos objetivos desta pesquisa, parto do princípio da importância de escutar o que os gestores têm a dizer sobre o processo da educação inclusiva e como abordam a temática no âmbito escolar, de forma geral. A abordagem levou em conta a construção de dados qualitativos e não ousei fechar questões nem apresentar dados estatísticos; desejo apenas pensar nos modos de subjetivação que permeiam as instituições escolares, dando-lhes forma e sentido.

Sendo assim, me propus a levantar as questões com algumas perguntas disparadoras sobre o Projeto Político Pedagógico das escolas:

- Por quem ele foi formulado e há quanto tempo foi elaborado
- O que está previsto em relação aos alunos com necessidades específicas
- Quais ações pensam que efetivamente acolhem tais alunos

A concepção de acolhimento usada neste trabalho parte do princípio pertencente à Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, na Seção II . Ensino Fundamental: ~~o~~ Parágrafo único. No Ensino Fundamental, acolher significa também *cuidar e educar*, como forma de garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares...+;

Depois das entrevistas realizadas e os devidos PPPs estudados, foi realizada a análise dos mesmos na perspectiva sócio histórica juntamente com o referencial psicanalítico/análise do discurso abordando a influência que a historicidade da educação brasileira exerce sobre os gestores, estes reproduzindo, inconscientemente, modos de subjetivação arraigados em uma visão antiquada e inadequada do que vem a ser a proposta de uma educação para todos. No entanto, este tipo de funcionamento pode ser transformado desde que se possa refletir na práxis até então realizada e os sujeitos envolvidos na gestão da educação municipal se proponham para tanto. Como citam Souza, Branco e Oliveira (2008, p. 360), (p. 360) a pessoa em desenvolvimento vive reorganizações estruturais que, por sua vez, reestruturam as relações pessoa - mundo e pessoa - pessoa, conduzindo a novas reorganizações subjetivas e pessoais.†

Uma vez fazendo parte da equipe do Serviço de Apoio à Educação Inclusiva do município, me coloco como sujeito pesquisador . pesquisado, conforme o entendimento de pesquisa qualitativa proposto por estudiosos como Valsiner, Branco, entre outros. A pesquisa qualitativa, no sentido entendido por eles, parte de princípios diferentes da pesquisa quantitativa a qual privilegia a coleta e mensuração de dados, a estatística, além da suposta neutralidade científica do pesquisador, sendo que os aspectos qualitativos são considerados apenas como parte do todo. Esse modo de pesquisar provém de uma conceituação do mundo calcado no positivismo largamente utilizado até meados do século XX e, no caso da Psicologia, usado para reafirmar e manter os valores morais daquela época. A Psicologia tinha o papel de enquadrar o sujeito, partindo muito mais dos aspectos individuais e biológicos na consideração dos estudos.

Já na pesquisa qualitativa, o enquadre é ecológico/sociológico, considerando o desenvolvimento humano na sua dinâmica sociocultural, interessando-se pelas questões da vida das pessoas, do mundo que as cerca e as relações estabelecidas em todos os níveis. É já possível pensar o pesquisador como sujeito integrante e parte fundamental da pesquisa, pois é através de seu olhar, de sua concepção, que os dados serão construídos e analisados. A pesquisa qualitativa toma força a partir da década de 1970 objetivando desconstruir o modelo positivista, então considerado reducionista.

Nas análises das entrevistas bem como na dos projetos desta pesquisa, levou-se em conta o contexto no qual foram criados, a história profissional dos entrevistados e a função que exercem nas Unidades Escolares ou na Secretaria da Educação. De acordo com os preceitos da pesquisa qualitativa:

Os participantes são concebidos sujeitos intencionais, interativos e que co-constroem significados. Na pesquisa, sujeitos e pesquisadores afetam-se mutuamente e alteram suas construções, comportamentos e percepções com base nas interações estabelecidas. (Souza, Branco e Oliveira, p. 363).

Baseada na experiência como integrante do quadro de funcionários do Departamento Técnico Pedagógico, escolhi para a construção de dados desta pesquisa quatro unidades escolares sendo três do ensino infantil e uma do fundamental além de uma assessora técnica pedagógica. O critério de escolha partiu do tempo em que os gestores ocupavam o cargo, mais especificamente, as diretoras escolares, uma vez que os coordenadores iniciaram suas funções no ano de 2010. A função do coordenador é de auxiliar o diretor na gestão dos professores e outros funcionários no intuito de oferecer uma escola de qualidade aos alunos. Como toda novidade, ainda se tem muito que aprender uma vez que alguns coordenadores acabam exercendo mais a função burocrática do que propriamente a gestão das pessoas. Além do mais, tentei escolher unidades nas quais os gestores tinham alguma experiência com o Atendimento Educacional Especializado (caso de duas escolas) e/ou experiências com alunos com necessidades especiais. A assessora foi escolhida pela afinidade que tem com o Programa no município além do tempo em que atua no cargo.

A abordagem ocorreu de modo que soubessem da importância de se ter estudos aprofundados sobre a educação inclusiva municipal e todos (até o momento) se disponibilizaram de imediato. Foi interessante notar que em algumas unidades as diretoras faziam questão da presença do coordenador escolar não iniciando a entrevista sem que estes estivessem presentes. Além disso, notei que o tema abordado (PPP) era de grande interesse dos participantes, pois pouco se fala desse assunto nas escolas o que também facilitou meu acesso. As justificativas são

muitas para isso, mas a que prevaleceu foi a falta de tempo dos gestores em se debruçarem sobre o projeto. A falta de informação sobre quais ações podem integrar a política escolar para o bom atendimento do aluno com NEE também se fez presente em todas as esferas, inclusive na fala direta da assessora técnica pedagógica denunciando os entraves da melhoria nos projetos das escolas.

Por pertencer ao Serviço de Apoio à Educação Inclusiva meu vínculo com os entrevistados é freqüente já que nos encontramos para a discussão dos casos dos alunos com NEE. Em relação à assessoria técnica pedagógica, os laços são mais estreitos ainda. Trabalhamos no mesmo espaço físico e participamos das mesmas discussões sobre os rumos da educação municipal. Muitas vezes, encerramos debates calorosos . seja em relação aos alunos, à política educacional (tanto a nacional como a municipal), aos problemas e vitórias que enfrentamos diariamente.

Utilizei-me de um celular na função de gravador para maior espontaneidade dos entrevistados. Primeiramente, expliquei-lhes no que consistia a entrevista e sobre os motivos que me levaram a estudar o Projeto Político Pedagógico. Logo após, o termo de consentimento foi assinado e as entrevistas transcorreram de modo bastante informal, com as perguntas disparadoras sendo realizadas inicialmente. Desta forma, os sujeitos participantes ficavam livres para abordarem o assunto do modo que mais lhes fizesse sentido, numa tentativa de estabelecimento de diálogo entre entrevistador/entrevistado, objetivando a construção coletiva dos dados da pesquisa.

Em relação às escolas, a primeira delas possui, desde o início do ano letivo de 2010, uma sala de atendimento educacional especializado e tem matriculados 2 alunos diagnosticados com necessidades específicas (levando-se em consideração os critérios do MEC) . um com suspeita de transtornos globais de desenvolvimento e outro com deficiência física. A segunda escola de educação infantil é a mais antiga da cidade, construída em 1964. Ela tinha matriculados, no momento da construção de dados, 2 alunos com deficiência múltipla (paralisia cerebral e comprometimento da capacidade intelectual), mais 1 aluna com paralisia cerebral e nela pude entrevistar a coordenadora pedagógica e a diretora escolar. A última delas é uma unidade referência no bom acolhimento do aluno com

necessidades específicas e tem como discentes 2 deles com transtornos globais do desenvolvimento e 1 com provável comprometimento da capacidade intelectual. Nesta, a entrevista realizou-se simultaneamente com a diretora e a coordenadora escolar. Na unidade de ensino fundamental, também pude entrevistar tanto diretora como coordenadora escolar sendo que ambas tiveram experiências com a sala de AEE em anos anteriores.*

Os nomes de todos os participantes foram trocados e somente aparecerão as iniciais dos nomes fictícios. As escolas tiveram suas identificações reservadas a fim de não expor o material nem as pessoas que nela trabalham. Sendo assim, temos o seguinte, conforme verão nas entrevistas:

- na primeira escola entrevistada, chamei a coordenadora de Lígia (L);
- na segunda, de Maria (M) e a diretora de Elza (E);
- na terceira, a coordenadora de Patrícia (P) e a diretora de Sílvia (S);
- na quarta escola a coordenadora foi chamada de Bia (B) e a diretora de Alice (A),
- e a assessora técnica pedagógica levou o nome de Carmem (C).

*Em relação ao acesso aos projetos nem sempre foi possível a retirada dos mesmos das Unidades Escolares para a análise uma vez que estavam passando por reformulações naquele momento, segundo a informação obtida com as gestoras entrevistadas.

IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

1. Panorama brasileiro até os dias atuais

... a nossa cultura, por diversos mecanismos, dentre os quais a distinção entre classes normais e especiais, pode favorecer o preconceito.

(Crochík, p.19)

Há algum tempo atrás, os asilos imperavam no Brasil e doentes mentais, deficientes de toda sorte além de mendigos entre outros excluídos partilhavam o mesmo espaço. Depois veio o tempo no qual se pensava que separá-los pela classificação médica ou social . doentes mentais de um lado, deficientes de outro e mendigos/velhos em mais outro . era o melhor a fazer no sentido de dar-lhes a devida assistência, como podemos ver em Tundis e Costa. O tempo passou, observações foram realizadas e os estudos apontavam na direção de que era preciso educar os deficientes, principalmente os sensoriais, já que tinham o cognitivo preservado e realizavam muitas coisas mesmo sem quase nenhuma orientação alheia. Desta forma, os grandes centros e institutos foram surgindo e dando nova cara à educação especial brasileira.

Nos tempos do Império o país contou com os primeiros institutos atendendo aos cegos e surdos . Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto dos Surdos Mudos (1857). Mais a frente, em 1926 mais precisamente, foi criado o Instituto Pestalozzi, responsável pelo atendimento da pessoa com deficiência mental e foi em 1945 que esta instituição abriu suas portas para as pessoas com superdotação, nos mostrando que tal atitude de incluir os alto habilidosos na educação não é algo tão inovador como alguns podem imaginar. Neste mesmo ano surge a primeira APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), cujo enfoque era a deficiência mental e, anos mais tarde, a Associação também se abriu para outras deficiências.

No ano de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional delinea uma nova concepção de educação para os alunos com deficiência, através da Lei nº 4.024/61, indicando o direito destes alunos à educação preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (Brasília, 2008, p.3). Daí surgiu a classe especial na qual a pessoa com deficiência era matriculada em uma escola comum, regular, porém frequentava uma classe específica onde encontrava um professor sabedor de sua especificidade e estava lá justamente para ajudá-lo na escolarização, utilizando-se de uma metodologia de ensino voltada para a limitação que o aluno apresentava.

Há duas maneiras de pensarmos as classes especiais ou a educação especial brasileira. a primeira delas é a vertente que a entende como atendendo às necessidades de uma parcela da população antes quase nem vista (os deficientes) pela sociedade e pelos governantes, com o apelo de democratizar a educação. Esta ideia é chamada de visão liberal tradicional, conforme Bueno, pois surgiu junto com a industrialização do país. A segunda maneira é vista como estratégia de manipulação da população, no sentido de segregação maquiada do aluno, uma vez que, mesmo depois dos asilos, as instituições pouco fizeram para incluir a pessoa deficiente:

(...) a educação especial, desde o seu surgimento no final do século XVIII, atende a dois interesses contraditórios: o de oferecer a escolaridade a crianças anormais, ao mesmo tempo em que serve de instrumento básico para a segregação do indivíduo deficiente. (Bueno, p.38)

Infelizmente, a prática da Psicologia esteve em conformidade com ideologias que reforçavam a problemática do aluno, este sempre em desvantagem social, material, educacional. Os testes psicológicos eram usados de forma indiscriminada, muitos profissionais não levavam em conta o contexto escolar que o envolvia reafirmando a incapacidade deste de aprendizagem, pois se acreditava que sua natureza limitada não permitia igualar-se a indivíduos normais nem terem desempenhos tão bons quanto estes últimos. Mesmo com os estudos dos autores sócio-históricos (Vygostsky, Luria e outros) indicando a chance de uma escola mais aberta, democrática, já que os pressupostos desta teoria apontavam para a

potencialidade do aluno deficiente, não foram eficazes para combater o pensamento reducionista do aluno considerado especial.

Foi em um tempo muito posterior dos escritos destes autores que o mundo acordou para a situação das pessoas com deficiência. A ciência modernizou-se e descobertas desvendaram os mitos que cercavam as limitações humanas. O desenvolvimento de tecnologias ajudou nesse processo no sentido de proporcionar melhora na qualidade de vida das pessoas, tornando-as mais autônomas e conscientes de suas possibilidades. A legislação teve que acompanhar esses avanços. Foi preciso que governantes se posicionassem a respeito da situação e, felizmente, alguns acordos foram possíveis. Uns dos mais significativos deles é a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Neles encontramos diretrizes gerais para o cumprimento dos direitos das pessoas antes excluídas do ambiente escolar e o estabelecimento de normas que os países signatários desses documentos devem seguir como políticas públicas de atendimento.

O Brasil é signatário desta política e, já em 1994, publicou a Política Nacional de Educação Especial com orientações de integração nas salas de aulas regulares das pessoas que conseguissem acompanhar a sala, com uma visão ainda excludente da prática educacional. Foi somente em 2003 que o país adotou uma postura mais clara diante da educação especial, criando o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade...

(...) visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade. (Brasília, 2008, p.5).

... e sobre a qual estamos nos referindo neste trabalho. Diante dessa postura política, as escolas tiveram que se reestruturar . fisicamente, pedagogicamente, humanamente . para receber tais alunos. Mais recentemente, novas diretrizes foram criadas através do Decreto nº 6.094/2007, Compromisso

Todos pela Educação, na tentativa de assegurar o direito de acesso e permanência na rede regular de ensino e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

2. Breve histórico da educação inclusiva no município de Itapetininga /SP

Atualmente, a história da educação inclusiva é referenciada em Itapetininga pela implementação das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ao Serviço de Apoio à Educação Inclusiva (SAEDI). Este serviço surgiu da necessidade de se ter uma equipe voltada às questões educacionais específicas dos alunos que integrariam às caracterizações do Ministério da Educação para gozarem dos Atendimentos Educacionais Especializados, bem como os profissionais especialistas poderiam dar as devidas orientações aos casos, além de providências que fossem necessárias para a inclusão dos ANEEs nas salas de ensino regulares.

Antes disso, as iniciativas para com os alunos com necessidades específicas já tomava corpo apesar de não serem, necessariamente, alunos com deficiências e/ou altas habilidades. Em 2002, portanto, a Secretaria da Educação implantava o Programa de Aceleração Continuada para os discentes com repetências constantes nas séries iniciais do ensino fundamental, na tentativa de correção de fluxo, conforme nos diz a entrevista com a assessora técnica pedagógica.

Devido à emergência do atendimento à população que chegava às Unidades Escolares com deficiências, principalmente, o município viu-se na urgência em aderir ao Programa de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva+ que o Governo Federal apresentava e implementava em todo o país. Desde então, o SAEDI passou a trabalhar em prol dos professores que recebiam tais alunos em suas classes dando orientações, fazendo as adaptações necessárias, avaliando os alunos em suas habilidades e competências para o encaminhamento às salas de AEE. Entretanto, ainda permanecemos frágeis quanto à legalidade deste Serviço já que não há nada que o regularize. Estamos trabalhando %legalmente+, ou melhor, a rigor da lei, não existimos. Desta forma, neste momento, a Secretaria da

Educação planeja meios de oficializar as ações do SAEDI através de medidas formais, como legislação própria das funções de cada integrante da equipe, metas do serviço, entre outras considerações pertinentes. Falou-se até na criação de um Departamento de Educação Inclusiva Municipal.

No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, temos hoje o total de 15 salas em funcionamento sendo que uma delas foi totalmente montada pela Secretaria de Educação Municipal. É importante ressaltar que 8 das 15 estão iniciando suas atividades neste ano de 2011 e, ainda considerando o aumento significativo no número das salas, nos debatemos com a falta de interesse dos professores da Rede em as escolherem para as aulas mesmo com processo seletivo sendo divulgado e promulgado em uma das seleções. Por quê...? Também nos deparamos com as dificuldades na gestão das salas de AEE uma vez que alguns diretores escolares a encaram como sala especial; acreditam que o aluno com dificuldades escolares deva ir para esta sala, entre outros equívocos.

Sabemos que a Secretaria está envolvida e disposta a trabalhar para que a educação especial municipal, na perspectiva da educação inclusiva, seja uma realidade nas escolas itapetininganas e que muitos gestores, professores e funcionários escolares se preocupam com a qualidade de ensino e acolhimento do aluno com necessidades específicas. No entanto, diariamente, o que vivenciamos são ações pouco eficazes para a aprendizagem significativa além da alegação da falta de conhecimento das diretrizes que regem a educação especial brasileira. Parece que essas limitações são encontradas em todo território brasileiro, como podemos notar no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008:

No entanto, mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançaram o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos. (p.11)

Como se pode notar, a história da educação especial da Rede de Ensino Municipal se confunde com a história no resto do país, pois vem recheada de

contradições. Estas contradições nos remetem, por exemplo, a dificuldades educacionais gerais, como a urgente necessidade de melhoria do ensino, seja por meio de investimentos em formação de professores, seja em investimentos materiais e tecnológicos.

V- O QUE VEM A SER O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

1. A gestão democrática

... a instituição escola deve estar mais interessada em se preocupar com a sua identidade do que com a sua imagem, pois é na identidade que ela evidencia o respeito e a aceitação da diferença.+ (Maciel e Barbato, apud Fischman, p.30)

Conforme a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), estabelece sete princípios que devem ser seguidos na gestão democrática. O primeiro deles é a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o sexto, gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e, o sétimo, garantia do padrão de qualidade. Para que tais princípios sejam alcançados, é necessário que as unidades escolares elaborem um Projeto Político Pedagógico que vem a ser um plano próprio da escola, que é co-construído com a comunidade escolar (representantes de pais, da comunidade local, dos professores, dos funcionários da escola e a gestão escolar), obedecendo à norma da gestão democrática. Este plano delineará as ações envolvendo tanto a parte funcional como a pedagógica daquela unidade.

A gestão democrática é importante porque descentraliza o poder das mãos dos gestores envolvendo toda a comunidade, no intuito de compartilhar as decisões através dos conselhos escolares, os quais têm, também, o papel de fiscalizar as decisões tomadas conjuntamente, bem como promover ações que estejam em conformidade com as necessidades da população.

Dourado define os conselhos escolares como espaços próprios de discussões sobre práticas educativas, pedagógicas, administrativas e financeiras da escola com o objetivo de elevar seu padrão de qualidade+ (p.84). Além disso, assegura a pluralidade de idéias e de concepções pedagógicas, asseguradas pela LDB. Este tipo de gestão deve esclarecer à comunidade o papel da escola e legitimar a cultura de seu povo, a diversidade de idéias, interesses; deve manejar conflitos objetivando manter a qualidade de ensino e, acima de tudo, preservar o

aluno, assegurando seu direito primeiro . o acesso e permanência na escola. Procedendo desta maneira, as unidades escolares delineiam o seu jeito, mostram a sua cara e se tornam cada vez mais autônomas pedagógica, financeira e administrativamente, valorizando a escola como espaço social por excelência.

Lück, em seu livro sobre gestão educacional, nos aponta que a gestão escolar é parte estrutural da unidade e determina sua dinâmica e a qualidade de ensino. A escola, para a autora, deve ser encarada como um organismo vivo em constante transformação desde que seu modo de operar esteja em harmonia com práticas descentralizadoras:

Ao serem vistos como organizações vivas, caracterizadas por uma rede de relações entre todos os elementos que nelas interferem, direta ou indiretamente, a sua direção demanda um novo enfoque de organização. (Lück, 2010, p.38)

Desta forma, para que a comunidade participe ativamente deste processo é preciso que ela esteja na escola e se sinta parte daquele espaço e, para tanto, os gestores devem criar oportunidades de participação, chamando a atenção da comunidade para as questões escolares. Uma vez a escola partilhando de seus valores com a comunidade e vice-versa há integração e empoderamento das culturas de ambas. Por empoderamento, diz-se que é um processo de reconhecimento e partilha de uma dada cultura. A escola, como espaço coletivo, deve promover a participação cada vez mais efetiva da população, reconhecendo os saberes diversos e a heterogeneidade de idéias. A população, por sua vez, se reconhece na cultura escolar já que esta trabalha em seu benefício, e, além disso, contribui nas decisões. Nos dizeres de Kelman, empoderamento é:

(...) um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e instrumentos pelas pessoas, grupos e comunidades que se traduzem em um acréscimo de poderes e que lhes permitem aumentarem a eficácia do exercício de sua cidadania. (Kelman, 2010, p.32).

Assim, a escola pode formar alianças fundamentais para a superação de limites que uma instituição com tamanho caráter social possui e, uma delas, pode ser a parceria entre uma unidade escolar e os centros de saúde da cidade nos quais os alunos com deficiência são atendidos, por exemplo. Por meio da participação ativa da comunidade um representante do serviço pode fazer parte do conselho escolar e contribuir nas discussões acerca da acessibilidade, discutir juntamente com os professores e a família a melhor forma de avaliação do aluno, entre outras. As responsabilidades vão sendo partilhadas, as partes tornam-se competentes para o enfrentamento dos conflitos e a escola democrática vai tomando forma e delineando comportamentos e atitudes mais de acordo com as necessidades reais dos alunos.

2. O Projeto

Conforme as disposições legais, o Projeto Político Pedagógico deve contemplar o pleno desenvolvimento das potencialidades de todos os alunos seguindo as orientações comuns a todo sistema de ensino definindo objetivos, conteúdos e procedimentos relativos a cada unidade escolar sem deixar de lado as questões pertinentes à sua realidade local. Neste documento, a escola deve buscar a sua identidade, a sua particularidade como instituição viva, dinâmica, possibilitada de acompanhar as transformações sociais.

De acordo com a LDB no Art.12º, os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica e articular-se com as famílias e a comunidade, criando espaços de integração da sociedade com a escola. Além disso, o Art.14º estabelece:

- I - a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
- II . participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Isso reafirma o que tem sido discutido no decorrer deste trabalho, de que a escola deve chamar a população para participar ativamente dos procedimentos educacionais na tentativa de tornar o ambiente escolar um espaço cada vez mais

democrático. Já no Capítulo V, referente à educação especial, encontramos diretrizes para o oferecimento de vagas para as pessoas com deficiência na rede regular de ensino e disposições sobre o atendimento educacional especializado. Porém, chamo a atenção para o Artigo 59º:

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I . currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Ou seja, a unidade escolar deve estar de acordo com as diretrizes nacionais da educação a fim de atender à demanda com qualidade e respeito aos direitos que já estão assegurados por leis.

A escola deve viver o seu Projeto Político Pedagógico e este o é político porque há uma escolha de direção. Tal direcionamento já é dado nacionalmente através da LDB e da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Em seu Art. 2º, o Conselho coloca que as escolas devem se organizar para o atendimento ao aluno com NEE, assegurando-lhe a qualidade de ensino. Mais adiante, no Art. 8º, diz: +As escolas de rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns...+ e discorre sobre serviços de apoio, como o atendimento educacional especializado; professores capacitados; a não aglomeração de alunos com necessidades específicas em uma só classe, caracterizando classes especiais; temporalidade flexível, entre outras. O Art. 18º reforça a ideia de que as escolas devem ter o seu PPP, como a legislação nacional prevê.

Em 13 de julho de 2010, o Ministério da Educação, juntamente com o Conselho de Educação mais a Câmara de Educação Básica, lançam a Resolução nº 4, objetivando o respeito à ~~lg~~ igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade+ como fundamentos do exercício da cidadania e dignidade da pessoa. Além disso, reafirmam a importância de uma escola de qualidade valorizando os sistemas inclusivos e tendo como foco o PPP. Ressalvo que no Título VI . ~~%~~ Organização da Educação Básica+, encontramos no Art.20:

O respeito aos educandos e a seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários é um princípio orientador de toda a ação educativa, sendo a responsabilidade dos sistemas a criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria de percurso escolar.

Imagino que esse artigo legitime a prática inclusiva e que os gestores devem ter conhecimento disso, com uma interpretação adequada, considerando a diversidade escolar e criando dispositivos acolhedores das diferenças. Especificamente sobre a educação especial, a Resolução traz que é modalidade transversal a todos os níveis de ensino, tendo que constar na política educacional da unidade escolar e estas devem estabelecer as prioridades institucionais para a formulação do PPP.

Uma vez construído o projeto, para sempre se acabou a tarefa? Não. Tendo como princípio as prioridades e as transformações sociais, o Projeto Político Pedagógico deve contemplar as mudanças ocorridas em sociedade e, para tanto, deve ser sempre analisado no sentido de rever os marcos legais e abraçar as transformações que porventura ocorram. Se entendermos a construção do projeto como um processo o passo é largo para entendermos a aprendizagem como tal . tudo está acontecendo, se fazendo, sendo recriado. Desta forma, há espaço para a multiplicidade de modos de aprendizagem, de tempos, cores, raças, modos de ser e estar no mundo.

VI- O QUE SE FALA POR AQUI...

1. Sobre o projeto das unidades

Diante das colocações no transcorrer deste texto, pode-se ter uma ideia da construção do Projeto Político Pedagógico e qual a sua finalidade. Também se pode perceber como a Rede de Ensino Municipal de Itapetininga vem se estruturando no atendimento aos alunos com NEE e o contexto da educação especial brasileira, percorrendo o caminho das bases legais orientadoras dos planos e das práticas educacionais. Agora, chegou o momento de analisar como os gestores das unidades escolares entendem o projeto e suas implicações para o aluno.

De forma geral, as entrevistas reiteram o que está no projeto já escrito (ainda em construção) e que deve ser melhorado pelos gestores. Há uma base escrita e esta se restringe às perguntas (elaboradas pelo curso promovido pela Secretaria Municipal de Educação) e às respostas dos gestores.

Conforme exposto no plano, na parte V dos Princípios Pedagógicos, item 2, a proposta pedagógica baseia-se na Lei 9.394/96, na Constituição Federal, no ECA disposto R.C.N.E.I., deliberação 01/99 do CEE e Parecer MEC/CEB 22/98 e Proposta Curricular para o Ensino Fundamental.

Em relação à participação da comunidade, ela se restringe ao Conselho Escolar, constituído por representantes dos professores, dos funcionários e alguns pais. No entanto, estes têm participação mais efetiva nas reuniões de pais e as normas das unidades, incluindo o regimento escolar, são passados na primeira reunião do ano letivo. Sobre a gestão democrática, na qual a proposta pedagógica deve ter seu foco, encontramos o seguinte:

(...) a proposta pedagógica foi elaborada com a participação de toda a comunidade escolar (alunos, pais, diretor, funcionários em geral, conselheiros tutelares e demais membros da comunidade escolar?).
Em partes.

OU: Não, tomam conhecimento através das reuniões de Pais com professores, através das realizações das tarefas enviadas pela escola.+

Em relação à parceria, a resposta é que estas são feitas na medida do possível+ou, então, que nem existem. Mais à frente encontramos, na 3ª dimensão, relacionada à gestão pedagógica, uma resposta, digamos, controversa, pois anteriormente já se nota a participação restrita da comunidade local na elaboração do PPP e na participação junto à escola:

(C) É claramente manifestado o comprometimento dos professores com a aprendizagem dos alunos, pela articulação com as famílias e a comunidade e entre seu plano de trabalho e o projeto pedagógico?
Sim.

Será que os gestores têm claro o processo da realização de um plano diretor? Será que a escrita é validada na prática?

No que concerne aos alunos com necessidades específicas, temos todas as perguntas respondidas com afirmativas positivas . sobre a inclusão destes em sala de aula comum; no respeito à diversidade multicultural, de gênero e outras; discussão com os demais alunos sobre a discriminação; discussão do ECA com a comunidade escolar; o respeito ao tempo de cada aluno e às suas diferenças; a oportunização da participação e presença de todos nos eventos escolares. A parcela de alunos que fica fora disso é a que apresenta altas habilidades já que, nos projetos analisados percebemos a dificuldades em identificá-los, não havendo o desenvolvimento de estratégias específicas para eles. Isso demonstra as falhas na detecção de necessidades educacionais específicas, mas também que os gestores conhecem a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, e espera-se que as unidades cumpram o que dizem conhecer...

Em relação ao uso da unidade escolar pela comunidade, apenas em um dos projetos a escola fica aberta para a prática de esportes, após o encerramento das atividades pedagógicas. Mas, mesmo assim, nem todos conhecem os incentivos governamentais que a escola recebe ou participam de outra forma. Neste mesmo projeto, quando fui apresentado a ele, pude ver fotos de pais participando da reforma do prédio em uma tentativa de aproximar a comunidade do ambiente escolar. O número de pais que participam do Conselho Escolar varia assim como o

número de professores e funcionários.

Na parte da %Descrição das funções+ são estabelecidas para o diretor escolar %a elaboração e execução da proposta pedagógica e projeto educativo+e %os meios para o reforço e a recuperação da aprendizagem de alunos, articulando a integração da escola com as famílias e a comunidade+. Também consta dentre suas atribuições a necessidade de zelar pela qualificação do corpo docente. Este, por sua vez, tem a tarefa de participar da elaboração da proposta pedagógica atentando para as mudanças a fim de detectar falhas e pontos positivos do plano. As aulas devem ser administradas de forma dinâmica, conforme o que for proposto no plano pedagógico, com estabelecimento de recuperação aos alunos de baixo rendimento e %a. visando o crescimento integral das crianças, adultos e/ou portadores de necessidades especiais.+(PPP, p.16).

Logo adiante, encontramos como valores escolares o seguinte:

É de responsabilidade de todos os envolvidos no processo de formação da criança criar condições para o desenvolvimento integral da mesma, visando o desenvolvimento físico, afetivo, estético, ético e as relações inter e intrapessoal. Para isso é necessário considerar as habilidades, interesses e diferentes maneiras de aprender de cada criança, para despertar em cada indivíduo a solidariedade, igualdade, respeito à diversidade, socialização, identidade e cidadania. (PPP, p. 23).

Para finalizar, o texto de elaboração do Projeto Político Pedagógico das unidades escolares itapetininganas apresenta como princípios pedagógicos a %concepção de ensino-aprendizagem-sociointeracionista+, ou seja, o mesmo que utilizamos para a realização deste trabalho e o qual tem como premissa o respeito à diversidade, a valorização da cultura e a consideração que cada criança possui uma zona proximal de desenvolvimento, conforme nos aponta Vygotsky e que, através da mediação de um par mais experiente, é possível se chegar ao processo de ensino-aprendizagem com sucesso.

2. Sobre a gestão

Os gestores entrevistados foram escolhidos pelo critério de tempo que estão na Rede e/ou pela experiência gerindo as salas de atendimento educacional especializado e/ou recebendo alunos com NEE. Neste sentido, temos a seguinte situação:

- Todos os coordenadores pedagógicos, sem exceção, estavam no cargo há 10 meses (na época em que as entrevistas foram realizadas)
- Todos os gestores são professores concursados da Rede e tiveram experiências anteriores em sala de aula
- A média de tempo de serviço das diretoras escolares entrevistadas na Rede itapetiningana é de 20 anos

Sendo assim, pode-se inferir que todos conhecem a legislação vigente sobre o Projeto Político Pedagógico e as diretrizes para a educação especial. Veremos:

%: bom, do projeto político, ele fala da questão eu não tenho... eu não tenho conhecimento na íntegra... porque eu falo assim, a gente só conversa, né, comenta com a E., tudo mas... Nós temos o projeto político pedagógico... a gente comenta alguma coisa mas eu não sei dizer pra você, assim, porque ele foi feito em... ano passado, né, que foi feito o projeto político pedagógico.+

%MC: Que você acha que pode ter no projeto pra ter algumas ações pra que as crianças sejam melhor acolhidas, melhor recebidas...

E: (silêncio)

MC: que que você acha que é uma coisa legal de ter no projeto, que você acha que dá certo?

E: (silêncio) que que eu respondo pra você, hein?+

Quando há conhecimento suficiente sobre o projeto, outras justificativas são colocadas, como a abertura emocional para que a inclusão seja realizada de fato, evidenciando a credibilidade ainda claudicante na formulação do PPP:

%S: O projeto, na verdade, é algo que precisa tê, né. É a cara da escola, é a forma que ela tem de trabalhá, e daí, então, as necessidades especiais entra como... Tá tentando fazê dentro de um projeto de trabalho mesmo. Tem que acreditá que é possível desde que haja disponibilidade de coração é isso que precisa tê. Daí, tudo se torna fácil, tudo é possível!... A lei nem sempre é... Talvez nem sempre é o que os outros pensam, mas eu penso isso. Tendo disponibilidade de coração tudo se torna possível!+

Neste sentido, há concordância com a afirmação de Bordignon (2010) sobre o PPP . o projeto deve traduzir justamente o desejo de viver a escola exercitando a cidadania e não apenas administrá-la porque a gestão, se permanecer somente na burocracia, tende a não reflexão e às práticas centralizadoras. Mais do que administrar o gestor deve cuidar da escola com carinho. Mas os gestores entrevistados também atribuem a outros, como os segmentos dos setores públicos, a dificuldade de gerenciamento mais adequado alegando falta de capacitação do professor bem como falta de maiores incentivos à educação especial, tanto em nível municipal como nacional:

%a: (...) é muito... bonito o que tá escrito lá, mas nós, como eu falei, né, os nossos governantes não estão de fato contribuindo pra que aconteça a inclusão. Capacitar o professor não dá, talvez seja o primeiro passo, mas não dá. Nós precisamos de ações que, de fato, contribua pra que essas crianças participem não só da escola, mas... mas... de tudo.+

%MC: (...) como você vê a política de educação inclusiva no município de Itapetininga nesses 20 anos de gestão?

E: tá se desenvolvendo, né, tá em fase de desenvolvimento ainda... (risadas). É... como que digo pra você...a gente vê que todo mundo trabalha, tá aí ã tão tendo resultado.+

%M: (...) olha, até o ano passado eu tinha uma visão do município. Quando foi nesse Seminário (Seminário de Educação Inclusiva: direito à diversidade), desse ano, eu pude perceber que a gente ainda tá muito longe do... necessário pra inclusão. (...) mas aí, esse ano, no seminário desse ano, eu pude vê que muitos municípios menores do que o nosso eles estão muito adiantados e eles assumem a causaõ assim... partir mesmo lá da Prefeitura, das pessoas que estão lá, no comando mesmo. Eles também vestem a camisa, eles buscam realmente ajudá, correr atrás de melhorias. Agora aqui, eu pude percebê que num... um simples parapódio foi pedido e não foi, 2 anos!+

%B: eu penso assim: a proposta federal ela é muito boa! Eu acho que dá muito certo se for feita como deve ser, né. Claro que tem todo um processo aí, né, desde a implementação das salas que vêm como complemento do AEE e tudo o mais, né, até, vamos pensar lá, que de fato... os materiais, o profissional com o perfil adequado que precisa ter tudo estruturado, não é verdade? É... a proposta até, como a gente tava falando lá da outra escola, deu muito certo, né. A proposta que veio dessa forma aí de complementar. Porém, eu penso assim, é... no município tá caminhando ainda! Assim como... nós ainda até, pode até acontecer de tá um pouco mais avançado que muitos (municípios, no caso), né. Mas... ainda tem muito a percorrer, né, Maria Célia? Começando por essa consistência que falta enquanto não equipe ali de vocês, equipe multidisciplinar, mas equipe de profissionais de AEE mesmo, né, que tem que consolidar primeiro porque nunca vai efetivar se ficar? nunca efetiva, porque as crianças percebem né, essa oscilação, as experiências são diferentes?+

Há indicativos de que o modo de conduzir a inclusão escolar é muito parecido nas unidades escolares já que os profissionais entendem o projeto mais como uma obrigação burocrática do que como um plano de melhorias para os ANEEs. Juntemos isso à formação do corpo docente . esta parcela parece não estar acostumada a ter atitudes reflexivas sobre o seu trabalho e, quando diretor, tende a trabalhar mais com os aspectos relacionados à parte administrativa da

escola, deixando as questões pedagógicas para o coordenador. Este, por sua vez, também tem dificuldades em elaborar algo mais específico, pontual, já que também vem de uma cultura de trabalho pouco reflexiva.

Sendo assim, deve-se levar em conta o contexto histórico no qual se deu a formação das pessoas entrevistadas . todas, sem exceção, formaram-se no magistério há mais de uma década. O que se tinha em relação à inclusão naquela época? Algumas leis e diretrizes bem encaminhadas, mas pouco praticadas. Porém, nota-se nas falas das entrevistadas o desejo de que a Secretaria Municipal de Educação ofereça mais recursos para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva:

M: o que você acha da política da educação inclusiva no município de Itapetininga?

L: olha, eu acho que... a política da educação inclusiva ela caminha a passos lentos. Sinceramente, eu acho que a rede, eu não sei se a rede era muito pequena e hoje a rede ela, ela expandiu, a gente sabe disso. Eu acho, na minha vivência, que na educação infantil é muito mais fácil. Mas no ensino fundamental isso é preocupante, é porque... envolve muito mais coisas. E caminha a passos muito lentos. A gente vê pela estrutura do SAEDI, que tem pouco profissional (õ) ele não tem condições de atender a todos (...)+

M: (...) eu acho que a Rede Municipal tem que oferecer mais pras escolas, que nós não recebemos nem os brinquedos, né, que foi falado que seria necessário pra tá ajudando as crianças no parque, aí o balanço que é muito importante... essas coisas a gente sente um pouquinho que um lado, da parte da... dos poderes lá fica... a desejar. E quando a gente ouve o depoimento de outros municípios que abraçaram essa causa que, enquanto eles não chegaram no que eles precisavam chegar eles não pararam, né, então a gente percebe um pouquinho de falta dessa parte.+

Nos dizeres da assessora pedagógica temos em relação ao entendimento dos gestores quanto ao projeto a fala que corrobora a necessidade de

formação e avaliação dos processos escolares, uma vez que os professores, de modo geral, não estão acostumados à avaliação de si mesmos. Segundo a mesma, isso pode ser um grande entrave para a educação se tornar realmente democrática:

MC: (...) o que acha que impede das pessoas fazerem isso, pegarem de fato esse Projeto Político Pedagógico . é falta de informação, é uma resistência... o que você acha que pode ser?

C: é tudo, é tudo. É falta de informação, é resistência, é falta de humildade porque... é um documento que orienta as ações da escola e ele tem um caráter oficial e deve ser seguido. Então... seguido e avaliado. Eu acho assim, do ponto de vista do magistério, o professor, o diretor, tem muito medo de avaliação. Então, como constituir um documento que vai servir pra avaliação? O caráter principal do Projeto Pedagógico é esse . no final, tem que ter essa avaliação como foi comentado anteriormente, uma equipe que... faz a avaliação das ações e... deve ser retomado ou não, ou faz um plano de melhoria pro projeto. E a grande dificuldade é essa . de construir o projeto. E outra quem vai fazer parte da avaliação?+

Não me aprofundarei nesta questão, pois só ela valeria um trabalho à parte. O que desejo colocar é o modo como os gestores entendem a condução da política educacional, nos termos da educação inclusiva, em nível municipal e nacional, buscando em outros patamares a justificativa para a não efetivação do projeto de suas escolas.

3. O imaginário que ronda o aluno com necessidades educacionais específicas

Estamos acostumados, no cotidiano, a não contestar alguns discursos científicos por considerarmos que não temos o devido conhecimento para tanto. Porém, não imaginamos o alcance que tais discursos provocam em nossas vidas. Eles vêm carregados de ideologia das quais nem sempre compartilhamos, mas que se infiltram de tal modo no dia a dia das pessoas sem que percebam os sutis efeitos desses modos de operar, reproduzindo certos tipos de comportamentos e classificando o que é inclassificável. Assim pode ser usado o discurso médico-científico. Através dele podemos ser levados a criar grupos de pessoas normais e

anormais, dentro ou fora da média em uma criação de guetos infindáveis, reproduzindo a lógica da exclusão. Dependendo do contexto histórico no qual ele é produzido podemos reparar maior ou menor adesão ao seu modelo.

No momento atual, vivemos a era da informação . tudo é muito rápido, para ontem. Temos máquinas imitando o ser humano (bonecas que choram, fazem xixi, imitam expressões faciais); tecnologias nos levando para longe, conhecendo outras culturas, modos de viver. Neste contexto, onde se encaixa o sujeito lento, desconhecedor das novas tecnologias, aquele que não aprende sequer calçar o próprio sapato? Aquele que não consegue olhar no olho do outro? Aquele que nem se move?

Araújo nos mostra, seguindo as idéias do filósofo francês Michel Foucault, que os discursos engendram forças de ambos os lados . uma conformista, reprodutora dos discursos dominantes e outra resistente, crítica:

Discursos, saberes, poderes, sistemas de produção de verdade se entrecruzam, produzindo comportamentos, atitudes, sexualidade, governabilidade, comunicabilidade, através da disciplina, da norma, do exame, da ciência, da tecnologia. Mas nossa sociedade também inventou anteparos, como a crítica, a denúncia, os modos de existência e ação alternativos, os atos de liberdade, a busca histórica da proveniência e do funcionamento dos discursos. (Araújo, 2004, p.243).

Disso podemos apreender que a análise do discurso e a retomada do momento histórico no qual vivemos podem nos abrir uma porta para a reflexão como e de onde o sujeito com necessidades específicas é olhado.

No caso das entrevistas realizadas para a conclusão deste trabalho, podemos notar a necessidade do diagnóstico técnico-científico para a inclusão do aluno juntamente com uma professora que melhor atendesse à sua problemática, denotando um posicionamento de que a inclusão escolar só é possível quando se tem em mãos algo que denuncie a falta do discente, sem considerar as

competências que ele poderia desenvolver entrando na escola:

%i (...) que a gente ia receber muito bem ele, mas precisava saber qual era, né, a problemática pra gente até... encaixar esse aluno. Aí a professora disse, a psicóloga falou que ele apresentava um quadro de... síndrome de pânico, que ela não tinha diagnosticado isso, mas ele tinha um medo de tudo e que ia ser difícil, né, o processo dele de adaptação, tal e aí a gente tendo em mãos (o diagnóstico), a gente já tem já tem, a gente já sabe... aonde, que professora vai atendê qual sala a gente vai atendê.+

Neste mesmo relato podemos perceber o peso do diagnóstico apresentado anteriormente à entrada do aluno na escola, pois todos se preocupavam com questões que podiam ser, talvez, secundárias as quais ele possuía e que foi desvendado a partir de um olhar mais livre das amarras do discurso médico-científico levando os profissionais a adotarem uma observação mais de acordo com os saberes escolares, ou melhor, com o discurso pedagógico. Além disso, há indicativos nas falas das entrevistadas de que o aluno chega como uma folha em branco na escola, desconsiderando suas vivências físicas, emocionais, afetivas como se apenas o ambiente escolar fosse espaço de conhecimento. A mudança discursiva, então, do modelo médico para o pedagógico, mostra-nos o poder exercido por essas ideias na subjetividade das pessoas, fazendo-as reproduzirem falas, atitudes e comportamentos de forma inconsciente. Sobre isto, temos:

%MC: (...) como que você vê esse processo de inclusão aqui na escola (...)?

M: (...) mas, aos poucos, a gente vai percebendo que... que é possível, né, que você ã tudo bem que você não consiga fazer tudo o que é necessário pra aquela criança mas se você conseguir fazer, pelo menos, com que ela... é... se sinta bem, né... (...) a gente ainda viu que... é melhor ele estando aqui, né, e conhecendo, vendo outras crianças do que na casa, né, por mais que fosse pouco o que a gente

podia fazer por ele ainda era melhor do que tá dentro de uma casa, sozinho.+

Esse não é um problema somente dos alunos com deficiência; o aluno com altas habilidades é tão ou mais mitificado conforme a visão de criança gênio que os professores têm em mente. Ou, melhor dizendo, o aluno com altas habilidades costuma ser ignorado pelos profissionais da educação:

MC: (...) foi com a R., altas habilidades. E eu achava que nossa, deve ser maravilhoso trabalhar com uma criança com altas habilidades! No fim eu me deparei que não é assim, sabe, foi uma coisa contrária, né, eu levei um susto!

MC: é um mito, né...

L: é um mito! Por isso, por isso que essas crianças estão... incluídas! Por isso que elas estão incluídas, né, e eu ficávamos pensando . meu Deus, eu não entendo isso, como é que uma criança com altas habilidades tá... tá incluída!né, eu não entendia!...+

Estabelecidos os poderes nas escolas - do professor sobre o aluno; do diretor sobre o professor; etc. . surgem os discursos, as falas, as verdades (Araújo, 2004) que, muitas vezes, não podem (nem devem) ser contrariadas. Talvez por esse motivo a professora acima tenha tomado o susto em descobrir que sua aluna com altas habilidades não fosse o que ela esperava, não correspondesse ao modelo fechado de sujeito que carrega consigo a capacidade de entendimento das coisas de uma forma muito própria, singular, caracterizando a diversidade humana.

4. A escola necessita de...

Em relação às necessidades das unidades ficou evidente que a maior preocupação volta-se à figura do professor. As questões acerca de acessibilidade, matrícula, etc., quase não apareceram nas entrevistas ou, quando apareceram, foram de maneira superficial. A formação e o apoio ao professor que recebe o aluno com necessidades específicas apareceram em todas as falas, como podemos notar nos trechos seguintes:

%: ... se o professor tem uma postura tradicional não consegue lidar com a diversidade, ele sente dificuldade (...). (...) eu acho que o que melhora muito é o apoio.

MC: apoio...?

L: a segurança de que eu não vou tá sozinha...

MC: apoio ao professor?

L: o apoio, eu não vou tá sozinha, né, e todo mundo vai me ajudar, não é só a direção, não é só a coordenação, mas as minhas outras colegas porque isso acontece as outras vão me ajudar, né, e essas colegas vão me ajudar a ponto (...). (...) o que precisa é a capacitação do professor, precisa. Não a capacitação que ele vá conseguir ensinar todo mundo, que ninguém vai conseguir, mas capacitar o professor da sala regular pra ele compreender todas as... facetas... mas pra ele compreendê que a coisa não é tão difícil assim, né.+

%M: (...) A inclusão, eu tinha essa visão, que ela era assim, o aluno... era colocado na escola e o professor - %a clua esse aluno! Se vire, professor, você vai ter que incluir essa criança da forma mais correta possível. ã e aí que a gente se sentia muito sozinho! Porque tudo bem, o professor que qué ele corre atrás, ele procura e... vai atrás do conhecimento, mas a vida do professor também não é fácil, então, a gente tem muita coisa pra fazer. Lógico que a gente corre atrás do conhecimento, mas nada como uma pessoa pra orientar no que você pode começá, você tá iniciando, pra você não perdê mais o tempo. Entre tentativas e erros e... lógico que errando você vai acertá. (...). Então a gente sente um pouquinho de descaso; eu não sei se a parte aqui ou das pessoas que onde foi pedido, onde foi feito essa parte, né, então a gente... eu acho que tem as pessoas assim ã o apoio moral. O apoio moral ele tem muito. Nossa! A gente recebe muito esse apoio que você não consegue nem desanimá devido a essas pessoas como J., como MC, como K. que tão sempre ali, dando força, encorajando e fazendo o possível, que a gente tem condições,

que você pode... é isso que mantém a gente firme! Porque se você for pensar realmente no que seriaõ tava lendo uns livros é... a inclusão ela precisa, assim... de um apoio geral, né, é um õ Então, a pessoa precisa tá com cursos, se prepará realmente porque, se a inclusão existe porque não ter cursos? E vários cursos! Eu tô tentando fazê um pela internet até agora eu não consegui ainda, né. Foi vários questionamentos então, tem que abrir isso! Tem que abrí cursos, mais formas de... meios de a gente tá se aperfeiçoando e conhecendo, cooperando.+

%6: tem coisas que... que... mais o atendimento direto da criança, né, que a gente sente a falta de profissionais que a gente... pede, né, que venha, acompanhe diretamente a criança na escola.+

%6: eu acredito na inclusão! Também assim, né, nesse contexto... Precisa mais, mais ser... Mais orientado, né, Maria Célia, porque a gente sente um pouco de falta...

MC: que tipo de orientação, S.?

S: orientação da assessora, por exemplo, de tá na classe junto... Tá vindo aqui, qual é a situação lá da professora, daquela criança, não é verdade? Não é verdade, P.?+

Sobre este assunto o que temos, atualmente, são formações continuadas ocorridas no Departamento Técnico Pedagógico e, no caso da educação inclusiva, realizamos o Seminário de Educação Inclusiva: direito à diversidade além da disponibilidade das assessoras pedagógicas em receberem os profissionais e os orientarem no que for preciso, juntamente com a equipe do SAEDI. Mas parece-me que o desejo dos gestores aqui se refere a algo mais específico a cada necessidade do aluno o que, a meu ver, seria impossível de se realizar uma vez que a diversidade humana é infinita.

Quanto ao apoio ao professor na sala de aula percebemos sim a falta de uma equipe maior em recursos humanos, principalmente. Os outros recursos (como brinquedos, adaptações) são providenciados conforme a necessidade do aluno e em

parceria com as unidades de tratamento clínico. Peguemos um recorte da fala da assessora pedagógica no que acabamos de explicitar:

%G: (...) Então, quais são, o que que a escola precisa prepará? Pra acabar de uma vez por todas que é o que professor não estava preparado pra receber! Porque o professor se sente sozinho na hora de ficar com o aluno. A escola recebe o aluno, matricula o aluno, mas na hora que a fila segue pra sala de aula o professor se sente entregue sozinho com a condição. E é dele que vem a... é pra ele que é feita a cobrança e ele tem que dar um retorno e incomoda muito pro professor mostrar o número de alunos que não aprende. Mas incomoda muito mais o professor ter que mostrar esse aluno que não aprende esse aluno, no caso, de inclusão porque ele já se acostumou com o aluno com dificuldade de aprendizagem escolar, mas ele não acostumou ainda a ter que teimar e dizer que aquele aluno com deficiência não aprende, tá. Isso incomoda demais! E no Projeto Pedagógico podem ser viabilizadas ações (...)+

Desta forma, penso que os gestores devem se aproximar da realização do Projeto Político Pedagógico a fim de programarem as ações necessárias para uma educação para todos, pois, apesar dos esforços e das críticas construtivas em relação às políticas públicas, se não se empenharem nas ações *in loco* das questões particulares de cada escola e sua comunidade, ficará muito difícil alcançarmos as metas das diretrizes nacionais.

VII- Disso tudo, o que podemos apreender?

Fromm nos coloca que o homem tem necessidade do mundo porque sem ele não pode ser um ser.+ (1992, p. 48). Pela psicanálise, sabemos que o sujeito não é uno; ele é dividido entre consciente e inconsciente e é no uso da linguagem que podemos apreender qual sua posição diante do mundo. Justamente por ser dividido o sujeito tem ilusão de permanecer o centro . a fim de não enfrentar a dor de perceber-se como a maior criação da Terra. Sendo assim, o outro que não me é semelhante, pode por mim ser ignorado. A teoria sócio-histórica nos diz sobre a importância da cultura no desenvolvimento humano e que os comportamentos e atitudes não são apenas traços biológicos, mas fruto da dinâmica da história construída pelo próprio homem influenciando seu modo de ser e estar.

De acordo com as entrevistas aqui analisadas, percebemos as contrariedades entre o que se pensa, o que se fala e o que se faz. Através do discurso dos gestores parece-nos evidente que os mesmos sabem quais diretrizes são necessárias para a inclusão e permanência do aluno com necessidades específicas nas escolas, porém, quando abordados da formalidade das ações ocorridas dia a dia ou das ideais que relataram nas entrevistas as justificativas são várias, o silêncio chega a ser perturbador. Tal conduta pode ter seu entendimento quando nos aprofundamos na história da educação brasileira e como as pessoas com deficiência, mais especificamente, conseguiram que o mundo voltasse os olhos para elas garantindo seus direitos básicos de vida em sociedade.

No entanto, apesar de leis muito bem elaboradas, de profissionais cada vez mais capacitados no enfrentamento das dificuldades escolares, de apoio aos professores, ainda não conseguimos pensar em ações efetivas e que devam ser formalizadas para o oferecimento de um ensino de qualidade e estamos longe de uma educação para todos.

Será que, além dos processos históricos, também aqui não entram em jogo forças inconscientes no intuito de não deixar vir à consciência o que necessitamos realmente praticar, utilizando o recurso de filtro social? Sobre tal, Fromm nos aponta:

Este filtro que consiste numa língua, numa lógica e costumes (ideias e impulsos tabus ou permitidos, respectivamente) é de natureza social. É específico em cada cultura e determina o inconsciente social que o inconsciente social é tão rigidamente prevenido contra o enriquecimento da consciência que o recalçamento de certos impulsos e ideias têm uma função muito real e importante para o funcionamento da sociedade e, em consequência, todo o aparato cultural serve ao propósito de conservar intacto o inconsciente social. (1992, p.80).

A conclusão deste trabalho, por fim, parece apontar que processos históricos tomam força diante de construções psíquicas acerca do sujeito com necessidades escolares específicas em âmbitos muito mais amplos que podemos alcançar nestas linhas. Espero que este estudo seja um incentivo a outros futuros na busca de maiores compreensões da relação entre pessoa com NEE e profissionais da educação e que, através dele, possamos encontrar forças de resistência e crítica perante ideias mitificadas e desencorajadoras na inclusão de todos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza Vasques de. *Progestão: como desenvolver a gestão dos servidores na escola? Módulo VIII*. Mariza Vasques de Abreu, Esmeralda Moura. Brasília: CONSED . Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

ANZIEU, D. et al. *Psicanálise e linguagem: do corpo à fala*. Tradução de Monique Aron Chiarella, Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BACHA, Marcia Neder. *Psicanálise e Educação: laços refeitos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BORDIGNON, Genuíno, in: *III Encontro de Educadores de Itapetininga e Região*. Caderno de anotações. Secretaria de Educação Municipal de Itapetininga, SP, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 8ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

BRASIL, Assembleia Nacional Constituinte. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF, 1988.

_____. *Lei nº 9.394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília/DF, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília/DF, 2009.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial. *Nota Técnica*. SEESP/GAB/Nº9/2010, 9 de abril de 2010.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília/DF, janeiro de 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Práticas institucionais e exclusão social da pessoa deficiente*, in: *Educação Especial em Debate*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Regional de Psicologia, 1997. Vários Autores.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNB/CEB 2/2001*. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001.

_____. *Resolução nº4, de 2 de outubro de 2009*. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009.

_____. *Resolução CNE/CEB 4/2010*. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824

CROCHÍK, José Leon. *Aspectos que permitem a segregação na escola pública*, in: *Educação Especial em Debate*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Regional de Psicologia, 1997. Vários Autores.

CUNHA, Marcus Vinícius da. *Psicologia da Educação*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Módulo II/ Luiz Fernandes Dourado, Marisa Ribeiro Teixeira Duarte; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado*. Brasília: CONSED . Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

FROMM, Erich. *A descoberta do inconsciente social: contribuição ao redirecionamento da psicanálise*. Trad. Lúcia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Manole, 1992. (Obras póstumas; 3).

GROSBAUM, Marta Wolak. *Progestão: Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e a sua permanência na escola? Módulo IV*. Marta Wolak Grosbaum, Claudia Leme Ferreira Davis; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED . Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

IWASSO, Simone. *Inclusão escolar ainda é desafio*. Caderno A 20 do jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 6 de setembro de 2009.

KELMAN, Celeste Azulay et al. *Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar*. Coordenação de Diva Albuquerque e Silviane Barbato. Brasília: Editora UnB, 2010.

LÜCK, Heloísa. *Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional*. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Série: Cadernos de Gestão.

MACEDO, Lino de. *Ensaios Pedagógicos . como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARÇAL, Juliane Côrrea. *Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Sousa; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado*. Brasília: CONSED . Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

ONU. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Congresso Nacional, 2008.

Seminário Internacional . A escola aprendendo com as diferenças e VI Seminário do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Caderno de anotações. Secretaria de Educação Especial . SEESP . Brasília/DF, 24 a 27 de maio de 2010.

SOUZA, T. Y.; Branco, A . M. U. A.; Oliveira, M. C. S. L. *Pesquisa Qualitativa e Desenvolvimento Humano . aspectos históricos e tendências atuais*. Fractal: Revista de Psicologia, v. 20, n. 2, p. 357-376, Jul./Dez. 2008.

TUNDIS, Silvério Almeida e Costa, Nilson do Rosário (org.). *Cidadania e Loucura* . políticas de saúde mental no Brasil. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes em co-edição com a ABRASCO, 2000.

ANEXOS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre projeto político pedagógico (PPP0 e inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais específicas. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa entrevistas gravadas em áudio com os gestores das Unidades Escolares e com assessoria técnica pedagógica além da análise do PPP das escolas visitadas no intuito de colher dados para a pesquisa, preservando a identificação dos entrevistados bem como o nome das escolas participantes. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone xx ou no endereço eletrônico xx. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Maria Célia Terra Rodrigues

Orientanda do Pólo de Itapetininga/UAB . UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____